

À procura de um plano

por José Casado
de Brasília

O governo federal já tem um projeto econômico emergencial — em fase de detalhamento —, para enfrentar o impacto imediato de uma guerra no golfo Pérsico.

Mas, cinco meses depois da invasão do Kuwait pelo Iraque e às vésperas do prazo-limite para desocupação determinado pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o país ainda não definiu um plano estratégico coerente com a grandeza das mudanças no eixo do poder mundial que esta crise no golfo está impondo.

Uma série de relatórios prospectivos sobre o que pode acontecer com o Brasil, na hipótese (cada vez mais real) de uma guerra no Oriente Médio, chegou à mesa de trabalho do presidente Fernando Collor de Mello, nos últimos cinco dias.

Todos, praticamente, convergem para as sequelas econômicas. A ênfase que prevalece é sobre o curto prazo.

Na prática, refletem a escassez de uma visão estratégica do Estado brasileiro numa circunstância de amplas mudanças geopolíticas deflagradas por essa crise.

Isso não se restringe ao Executivo: não há registro de manifestação significativa de preocupação no Legislativo ou em segmentos da elite, por exemplo, nas últimas cinco semanas.

O quadro, no âmbito do governo, é exemplar pelo simples fato de que, desde a posse de Collor, o Executivo acha-se no comando real da iniciativa na política. E, conseqüentemente, tem um maior grau de exposição na mídia.

Assim, cenas como a da reunião governamental da última terça-feira, no Palácio do Planalto, tornam-se emblemáticas da escassa visão geopolítica que pre-

domina no Estado brasileiro, nos últimos governos.

Tratava-se da primeira avaliação ministerial conjunta dos cenários prováveis, na perspectiva dos interesses brasileiros, como efeito da crise e de uma eventual guerra no golfo.

O presidente da República e a ministra da Economia estavam, juntos, em outra sala. Na mesa de discussões, por exemplo, os ministros militares dividiam-se numa espécie de aposta sobre se vai, ou não, haver guerra.

Um deles, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Jonas de Moraes Correia, dedicou-se a um longo exame da teoria da guerra à luz dos clássicos da tática bélica.

O resultado concreto foi um conjunto de meia centena de idéias para medidas de emergência econômica — algumas já transformadas em decretos, prontos para assinatura presidencial, e junto com as propostas do Ministério da Economia compõem um dos mais drásticos planos já elaborados no País, colocando-o, de fato, em real estado de economia de guerra.

Ainda assim, encerram uma visão de curto prazo que é fundamental mas, obviamente, insuficiente no cenário global que está sendo esboçado: a maior potência ocidental, os Estados Unidos, acha-se na iminência de envolver-se numa guerra (com seus aliados europeus) contra uma nação islâmica no Oriente Médio, onde se concentram quase dois terços das reservas mundiais de petróleo — matéria-prima vital, da qual o Brasil é dependente em larga escala.

Em Brasília, no entanto, já é possível notar que a

pressão das circunstâncias começa a mobilizar setores dentro e fora do governo para uma reflexão mais ampla sobre os rumos do País a partir dessa crise — haja guerra ou não.

Ministros, secretários de Estado e políticos, porém, estão inclinados pela vertente mais simplista da análise. Tornou-se, de certa forma, lugar-comum afirmar que a guerra no Golfo, se acontecer, será benéfica ao País no sentido de auxiliar a “forjar uma consciência” da sociedade sobre a nação que deseja construir.

(Continua na página 3)

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, afirmou que os cinco dias que restam na contagem regressiva para a guerra ou a paz também podem separar o Brasil de drásticas medidas de austeridade, tornando mais do que nunca necessário um entendimento nacional sobre formas de preservar os empregos e defender a sociedade da recessão.

(Ver página 3)

À procura de um plano

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

O impacto econômico interno imediato — raciocina-se no governo, por exemplo — seria tão grande que levaria o novo Congresso, a ser empossado no próximo dia 1º, a um entendimento rápido com o Executivo em diferentes campos.

Mais: além de passar a

contar com um “inimigo externo” ou um “bode expiatório”, cujo efeito político seria o de desviar a atenção de questões como o avanço inflacionário, o presidente da República teria um espaço de ação muito mais amplo, eventualmente com exercício de poderes extraordinários, previstos na Constituição para situações de catástrofe como a de uma guerra.

“É preciso não esquecer,

por exemplo, que boa parte das reformas feitas por Getúlio Vargas só se tornaram politicamente viáveis porque ele tinha o poder na circunstância de uma guerra mundial”, observa um dos principais assessores do presidente Collor.

A questão central, contudo, continua sem resposta, cinco meses depois de aberta a crise no Golfo: como, em que condições e qual o rumo que o País vai

tomar diante desse novo desenho geopolítico do mapa-múndi?

A história demonstra que, para os países periféricos, a conta dos conflitos de caráter global costuma superar em muito os ganhos que deles conseguem extrair. Sobre tudo quando não dispõem de uma avaliação consistente sobre o seu papel e seu peso específico na cena mundial, naquele momento.